

Sudene e Sudam terão incentivos investigados

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) vai requerer a lista de todas as pessoas físicas e jurídicas que obtiveram incentivos fiscais das Superintendências de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Amazônia (Sudam) nos últimos cinco anos. Ele suspeita que muitos parlamentares tenham conseguido os incentivos para a abertura de empresas, o que é proibido pelo artigo 54 da Constituição.

O líder do PPR na Câmara, deputado José Luiz Maia (PI), disse, durante depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Orçamento, que montou uma empresa de agropecuária com pedido de empréstimo na Sudene em 1982, e recebimento do dinheiro em 1983, quando já tinha assumido o mandato de deputado federal. Maia desenvolve projetos de melhoria de sementes de arroz, feijão, milho e capim, produz matrizes bovinas, cria gado de corte e planta melancia

e melão numa propriedade de quatro mil hectares, tudo com incentivo da Sudene.

O deputado Roberto Magalhães (PFL-PE) vai solicitar ao plenário da CPI que a comissão se pronuncie a respeito dos contratos de empréstimos irregulares feitos pelos parlamentares. Até agora, dos que já foram ouvidos pela CPI, os deputados Ricardo Fiúza (PFL-PE) e Flávio Derzi (PP-MS) admitiram ter contraído dívidas milionárias com a Caixa Econômica Federal e com o Banco do Brasil. Não pagaram os empréstimos na data marcada e vêm conseguindo rolar as dívidas por serem parlamentares, embora tenham patrimônio que cubra os valores em centenas de vezes.

Roberto Magalhães disse que todos devem ter tratamento igual. Os parlamentares não podem ser privilegiados. "Ou cobramos de todos ou não cobramos de nenhum".